

Constituinte não mudará a economia

O modelo econômico brasileiro não será modificado pela Assembléia Nacional Constituinte, a ser eleita neste sábado. A afirmação é do jornalista Hélio Doyle (PDT), candidato a deputado federal. Para ele, o atual modelo econômico é «concentrador de renda, dependente do investimento estrangeiro e preso a problemas estruturais. Mas mesmo assim vai continuar», garantiu.

— Esse problema estrutural — explicou Hélio Doyle — dizem respeito às questões, por exemplo, do latifúndio improdutivo e da concentração da renda nas mãos de uma minoria. O Plano Cruzado, imposto pelo governo sem consulta à sociedade, não terminou com a inflação e teve como suporte principal o congelamento de salários e a demissão em massa de alguns setores, especialmente o de bancários. Os banqueiros e as multinacionais continuam mandando no Brasil.

Propostas

Hélio declarou, por outro lado, que caso seja eleito, lutará por algumas propostas econômicas sejam incluídas na aprovação do novo texto constitucional. Entre elas, ele destacou a propriedade, «que deve ter um caráter social, que deve prevalecer sobre o interesse individual».

— O Congresso Nacional — disse ele — deve voltar a legislar, com autonomia, sobre questões econômicas. O Conselho Monetário Nacional deve submeter suas decisões ao Congresso Nacional, terminando-se com sua atual regalia de baixar normas e resoluções que afetam a população como um todo sem que nenhum segmento da sociedade seja ouvido.

Reforma

Hélio disse ainda que o Brasil precisa de uma completa e ampla reforma tributária. Os estados e municípios devem recuperar parcelas dos recursos provenientes de impostos recolhidos pela União. Os ganhos de capital e a transmissão de heranças devem sofrer pesada tributação».

No entender do candidato pedetista, «o Imposto de Renda deve recair mais sobre o lucro das empresas e não sobre os salários, como ocorre atualmente. Os investimentos do governo e do setor privado devem ser dirigidos nos entido de gerar mais empregos em setores realmente produtivos».

Agricultura

Quanto à questão agrícola, Hélio defendeu uma política de prioridade. «O governo deve priorizar o abastecimento interno e não as exportações. O crédito rural deve privilegiar os pequenos produtores e o cultivo de produtos básicos como feijão, arroz, etc».

Concluindo, Hélio disse ainda que o Brasil necessita, com urgência, de «uma política de abastecimento coerente e organizado, para evitar a especulação na intermediação de produtos e reduzir, desta forma, parcela significativa do processo inflacionário. É preciso também uma política salarial mais justa e sem a presença impositiva do estado».

Hélio Doyle, do PDT

